REQUERIMENTO Nº ....., DE 2015.
(Do Sr. Paes Landim)

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 462, de 2011, para análise de mérito na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 41, inciso XX, combinados com os art. 139, alínea 'b', juntamente com o art. 32, inciso VI, alínea 'f', do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho relativo ao Projeto de lei nº 462, de 2011, que "Institui a consignação em folha de pagamento de aluguéis residenciais", para que este possua análise de mérito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

O projeto em questão objetiva regulamentar o desconto em folha de pagamentos de servidores públicos e trabalhadores celetistas que aluguem ou paguem prestação de imóveis residenciais, a partir da previsão contratual.

A matéria altera a atividade econômica estatal, prevista entre as competências de análise da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, devido a englobar os servidores públicos estatutários entre os beneficiados pelo desconto em folha de encargos com aluguéis residenciais, bem como os empregados públicos, regidos pela CLT, vinculados a empresas públicas e sociedades de economia mista. Considerando o alto nível de endividamento das famílias atualmente, salienta-se que o nível de desconto em folha de pagamento pode ser prejudicial para os servidores públicos.

Outro ponto que faz com que a matéria passe pelo crivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio é o aumento dos custos para realizar os chamados custos de observância, que são os custos referentes a confirmação ou não do débito, monitoramento de contas e valores. Esse acréscimo

de custos pode afetar negativamente a rotina operacional das empresas, com a previsão de novas obrigações ao empregador.

Diante disso, é salutar que a CDEIC, destinada a analisar propostas que afetem o desenvolvimento econômico, a indústria e o comércio, possa se debruçar sobre a proposta. Portanto, para os devidos fins regimentais, peço a revisão do despacho do projeto para que este tenha análise de mérito na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para análise devida da proposta em questão, de relevante importância judicial e tributária.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2015.

Deputado PAES LANDIM